

## CONTRADIÇÕES SOCIAIS LATENTES NO DECADENTE ESCRAVISMO BRASILEIRO: UMA LEITURA DO CONTO PAI CONTRA MÃE, DE MACHADO DE ASSIS

Maria Geralda de Miranda

resumo: Busca-se com o presente estudo uma possível leitura do conto Pai contra mãe, de Machado de Assis. No decorrer do estudo se evidenciará que a luta da escrava que foge para ter o filho longe do cativo era uma luta em prol do estatuto de pessoa, sem o qual não seria possível implantar no Brasil a nova ordem política-econômico-social capitalista que se avizinhava. O estudo revela também a consciência política do escritor, quase sempre negada pela crítica especializada, sobre a problemática da escravidão.

*abstract:* The purpose of this study is to offer a possible interpretation of Machado de Assis' short story "Pai contra Mãe" (Father against Mother). As this study evolves, we intend to highlight that the fight of the slave who runs away to have her baby away from captivity was a fight for the right of "being", without which it would have been impossible to implement the new political-economical-social capitalist order that was about to happen. This study also reveals the political conscience of the writer, almost always denied by the specialized critics, about the problem of slavery.

**Palavras-chave:** Machado de Assis, Pai conta mãe, escravidão, capitalismo.

**Keywords:** Machado de Assis. Pai contra Mãe, slavery, capitalism.

*"A ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel."*

(Machado de Assis. Pai contra mãe)

### INTRODUÇÃO

O conto Pai contra mãe, de Machado de Assis, publicado em 1906, é uma narrativa curta, que aborda a problemática da escravidão no Brasil, em um momento em que ela, legalmente, já havia chegado ao fim. Isso quer dizer que o tempo da enunciação (o tempo da história) é diferente do tempo do enunciado (tempo da escrita). Através das duas personagens centrais da obra, o caçador de escravos fugidos, Cândido Neves, e a escrava foragida, Arminda, tem-se uma visão ampla das contradições centrais do fenômeno social, que foi a escravidão, cujas consequências funestas até hoje se propagam.

A escravidão imposta aos negros no Brasil por quase 300 anos contribuiu decisivamente para acumulação de capital por parte dos senhores de escravos e de todos aqueles que tinham a escravidão como negócio. Claro está que foi o fator econômico, vinculado ao modo de produção colonialista que manteve a escravatura por longo período. A economia no mundo colonizado dependia da manutenção de uma rede, ou sistema,

baseada no escravo, tanto como força de trabalho, quanto como mercadoria, o que sustentou o sistema escravista que vai desde a captura da matéria prima (escravos) em terras africanas, ao comércio e tráfico, até a transformação deste escravo em mercadoria e mão de obra nas colônias da América portuguesa, espanhola e inglesa. No Brasil, a acumulação de riquezas por parte da elite açucareira, mineradora e cafeeira dependia fundamentalmente do modo de trabalho escravo de homens, mulheres e crianças para as tarefas da lavoura, do garimpo e outros tão pesados quanto estes. E até para trabalhos leves, usava-se a mão de obra escrava, pois no Brasil Colônia trabalho não era coisa para branco.

A luta pela libertação, empreendida de maneira grandiosa pelos abolicionistas, sobretudo a partir de 1850, ajudou a denunciar a desumanidade das práticas escravagistas e a conseguir vitórias parciais, mas a extinção da escravidão como decisão política só ocorreu, de fato, como resultado de diversas lutas sociais: de escravos, de intelectuais abolicionistas e setores da nascente burguesia nacional. Tais lutas combinadas com o modo de produção capitalista puseram fim ao passado de escravidão. A partir de 1870, a cultura do café na região Sul do Brasil passou a empregar trabalhadores assalariados brasileiros e imigrantes estrangeiros. No Norte, os engenhos primitivos foram se modernizando, fato que permitiu a utilização de um número menor de escravos. Já nas principais cidades, iniciava o surgimento de indústrias. Acresce-se a isso a pressão da Inglaterra em relação ao governo brasileiro, pois tal potência europeia já produzia bens de consumo em larga escala e precisava exportar os seus produtos para outros mercados, principalmente para o Brasil. Assim, de acordo com os seus interesses, a escravidão como modo de produção nas Américas era coisa do passado, já que precisava de trabalhadores assalariados, livres, que pudessem consumir produtos. No que diz respeito ao processo de libertação dos escravos vê-se que as conquistas foram paulatinas. O primeiro passo foi dado em 1850, com a extinção do tráfico negreiro. Vinte anos após, foi declarada a lei do Ventre-Livre (em 28 de setembro de 1871). Esta lei tornava livre os filhos de escravos que nascessem a partir de sua promulgação. Em 1885, foi aprovada a lei dos Sexagenários que beneficiava os negros de mais de 65 anos. Mas a liberdade total só foi alcançada em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea.

#### DESENVOLVIMENTO

O conto machadiano começa com o narrador situado em um tempo presente, 1906, falando de um passado recente, os últimos anos da escravidão. É interessante porque antes mesmo de entrar na história propriamente dita, isto é, começar a narrar a história da captura da escrava Arminda por Candido Neves, tal narrador faz uma reflexão sobre a "instituição social" que foi a escravidão. O seu ponto inicial de análise é sobre os aparelhos utilizados para coerção e controle dos escravos, vejamos este fragmento: "A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço, outro o ferro ao pé; havia também a máscara de folha-de-flandres." Após esse intróito, ele segue descrevendo a utilidade de tais aparelhos :

A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas.

O modo como ele conclui o primeiro parágrafo: "Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel", nos faz refletir sobre as práticas coercitivas em geral e, de modo participativo, sobre essas práticas

na escravidão. Esta assertiva irônica será desenvolvida no decorrer do conto, pois o acontecido com a escrava Arminda se inscreve nas raias da crueldade. Aquela ordem social instituída não considerava Arminda como uma pessoa, por isso os castigos empreendidos a ela estavam de acordo com a ordem estabelecida, qual seja, a de obrigar a trabalhar de graça, sem direito à própria cria, já que esta até 1871 também pertencia ao senhor.

Com o fim da escravidão os aparelhos de coerção, que ficavam dependurados nas portas das lojas, tornaram-se obsoletos. Talvez o mote inspirador do escritor neste conto tenha sido a inutilidade de tais aparelhos na nova ordem social vigente, que se iniciava.

Assim, há uma censura à velha ordem escravocrata e desumana, mas também há uma crítica aos novos mecanismos coercitivos da nova ordem social, que tinha em sua dinâmica homens livres, alfabetizados e escolarizados, mas também submetidos a novas formas de controle social.

Após toda essa reflexão inicial, ele segue falando das razões dos escravos fugirem e das razões dos senhores quererem capturá-los. Com a estratégia narrativa da focalização externa, assumida por um narrador observador, ele expõe o drama das duas personagens e obviamente a grande diferença de estatuto existente entre elas.

Cândido Neves era, pois, uma espécie de "polícia" do regime escravocrata; estava a serviço daqueles que o pagassem para resgatar um negro fugido. O escravo, por seu turno, era um objeto, ou um bem, que pertencia a um senhor, que por ele pagou e acreditava não ser correto perdê-lo. Vejamos o fragmento abaixo:

Ora, pegar escravos fugidios era um ofício do tempo. Não seria nobre, mas por ser instrumento da força com que se mantêm a lei e a propriedade, trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras. Ninguém se metia em tal ofício por desfastio ou estudo; a pobreza, a necessidade de uma achega, a inaptidão para outros trabalhos, o acaso, e alguma vez o gosto de servir também, ainda que por outra via, davam o impulso ao homem que se sentia bastante rijo para pôr ordem à desordem.

Talvez as razões que levavam um homem a trabalhar como caçador de escravos fugidos, sejam as mesmas que hoje levam uma pessoa a trabalhar como segurança no Rio de Janeiro, por exemplo. Sabe-se que muitos optam pela profissão por falta de outros empregos e possibilidades. Evidentemente que na época da história de Machado, a situação econômica do país não dava aos brancos pobres, mulatos e negros libertos muitas opções. No caso de Candido Neves lhe faltavam também aptidões para desenvolver outros ofícios.

Se pensarmos também nas funções de grupos de segurança privados, legalizados ou não, de bancos, shoppings, mercados etc, verificaremos que as suas funções primordiais é também manter a propriedade. A lei e todos os mecanismos de coerção visam à ordem social, que passa primordialmente pelo direito à propriedade. Os direitos humanos mais desenvolvidos hoje, ainda encontram barreiras objetivas diante da tradição truculenta da polícia em geral de proteger os setores dominantes da sociedade. Mas voltando ao conto, como se vê no fragmento acima, a profissão de Candido Neves não era nobre, mas "por ser instrumento de força, com que se mantinha a lei e a propriedade trazia esta outra nobreza implícita das ações reivindicadoras".

Candido gostava de pegar escravos fugidos porque "não obrigava a estar longas horas sentado. Só exigia força, olho vivo, paciência, coragem e um pedaço de corda. (...) Lia os anúncios, copiava-os, metia-os no bolso e saía às pesquisas. (...). Fixados os sinais e os costumes de um escravo fugido, gastava pouco tempo em achá-lo, segurá-lo, amarrá-

lo e levá-lo."

A escrava Arminda, que foge desesperadamente para ter seu filho longe do cativo, é uma metáfora da luta da em prol do estatuto de pessoa, a ela negado, por causa das contingências da escravidão. O grande clímax do conto ocorre quando o destino de Cândido Neves se encontra com o de Arminda. Cândido, em decorrência de um conjunto de fatores econômicos e sociais somados naquele momento em sua vida, caso não a capturasse, teria de entregar o seu filho à Roda dos Enjeitados. Evidentemente que o que movia o caçador de escravos era a possibilidade concreta de vir a perder o filho, mas também está explícito no texto que ele gostava daquela profissão. O narrador o descreve como um ser que não possuía muitos atributos positivos, deixando claro que somente seres com pré-disposição à violência aceitaria aquele tipo de trabalho. Apesar da "nobreza" do ofício de pegar escravos, no desenho da personagem Candinho, já se percebe a crítica à instituição social da escravidão. Machado constrói na implicitude, através da ironia, uma espécie de argumento ad hominem, em que se pode ler o seguinte: uma pessoa com tão poucos predicados como Candido Neves só pode mesmo trabalhar em um ofício tão desprezível, ironicamente chamado de nobre. Neste caso, ataca-se a instituição através da pessoa. Só pelo nome da personagem já se percebe o que estamos querendo dizer. Cândido Neves não era cândido, muito pelo contrário, era muito esperto e bastante violento. O sobrenome Neves, talvez, por causa da relação entre neve e brancura, indique que o Capitão do Mato, de fato, acreditasse em uma superioridade racial do branco em relação ao negro.

No que tange ao título do conto, também, temos uma brilhante ironia, pelo fato da luta entre a "sem lei", Arminda, e o representante da lei, Cândido ser completamente desigual, ao mesmo tempo em que revela uma contradição social complexa: pai contra mãe, ali materialmente representados por pessoa contra coisa, objeto, propriedade. Os dois pares semânticos "pai e mãe" são colocados em pé de igualdade, quando na realidade não se tem igualdade nenhuma. Arminda não é pessoa, era coisa. Candido é um pai, um ser "humano racional", pois está totalmente dentro da lei, que espanca um outro ser, igualmente humano, mas que naquele momento histórico não era reconhecido como tal, era apenas uma mercadoria.

Keila Grinberg, (2001) em seu livro Código civil e cidadania nos informa que na época das discussões acerca do antigo Código Civil brasileiro, os juristas participantes de sua elaboração tiveram uma grande dificuldade quanto ao modo de se referirem aos escravos. Não sabiam se os tratavam como coisas ou como pessoas. No conto machadiano, esta problemática parece ficar bem patente, a escrava não tinha sequer o estatuto de pessoa, porque a lei naquela sociedade tratava o escravo como propriedade.

É claro que este conto também leva a uma reflexão acerca do estatuto do legal e do moral. O autor passa a idéia da imoralidade que foi esta instituição social, chamada escravidão, já que era legal bater no escravo para que este trabalhasse de graça, impor castigos severos se este fugisse, obrigar o uso de aparelhos de tortura em caso de desobediência. O escravo fugido não era um criminoso comum, pois desestabilizava a ordem social e dava prejuízos. Além de perder o valor pago por ele, o senhor deixaria de lucrar com o seu trabalho e, ainda, no gesto da fuga estava clara a desobediência à ordem vigente. Aquela ordem social impregnava todos os espaços e ambientes, por isso ninguém ajudou Arminda no momento em que é capturada pelo capitão:

Houve aqui luta. Houve aqui luta, porque a escrava, gemendo, arrastava-se a si e ao filho. Quem passava ou estava à porta de uma loja, compreendia o que era e naturalmente não acudia. (...) Foi arrastando a escrava pela Rua dos Ourives, em direção

à da Alfândega, onde residia o senhor. Na esquina desta a luta cresceu; a escrava pôs os pés à parede, recuou com grande esforço, inutilmente. O que alcançou foi, apesar de ser a casa próxima, gastar mais tempo em lá chegar do que deveria. Chegou, enfim, arrastada, desesperada, arquejando. Ainda ali ajoelhou-se, mas em vão. (MACHADO in MORICONI, 2000, P. 26).

## CONCLUSÃO

Reforçando o que já se disse acima, O conto Pai contra mãe, de certo modo, desarticula a crítica que se faz a Machado de Assis pelo fato de sua obra quase não tratar da escravidão. Como um "determinista", o seu narrador olha de longe aquela sociedade e conta-nos a luta da escrava e do Capitão-do-mato e a vitória deste, que recebe os cem contos de réis e salva o próprio filho da Roda dos Enjeitados. Como alguém que se distancia do fenômeno social para analisá-lo, o narrador termina o seu conto dizendo que Cândido Neves, "beijando o seu filho entre lágrimas verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto." A frase final de Cândido "- Nem todas as crianças vingam" (IBIDEM, p. 27) exemplifica tal distanciamento a que nos referimos.

Acresce-se ao que já dissemos que Machado, ao publicar este conto, denuncia a existência de mecanismos do regime escravista em pleno início do século XX e a necessidade de sua substituição por mecanismos de garantia dos princípios capitalistas da nova ordem, tão disseminados sob o lema de liberdade, igualdade e fraternidade. A contemporaneidade do conto está no fato de nos fazer pensar nas novas formas, ou novas práticas de coerção e submissão das pessoas na contemporaneidade. Neste sentido, vale mencionar a livre adaptação do conto Pai contra mãe para o cinema, feita pelo cineasta paranaense Sergio Bianchi.

O filme intitulado Quanto vale ou é por quilo traz para a discussão a permanência na atualidade de fortes resquícios do nosso passado escravista, deixando clara a impossibilidade de olhar o presente sem levar em consideração o nosso passado, assim como as persistentes desigualdades econômicas, sociais e de direitos no país. Na medida em que o conto machadiano é adaptado para a atualidade - nas figuras de Candinho, Clara, tia Mônica e Arminda - Bianchi mostra o elo imprescindível com a História para uma visão crítica da atualidade. Bianchi, para a produção de seu filme, estabelece um diálogo entre o conto machadiano e as crônicas de Nireu Cavalcanti, do final do século XVIII, adaptadas de arquivos extraídos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e destes com determinadas políticas das ONGS em plena atualidade. O resultado desse trabalho no filme convida-nos à reflexão sobre as conseqüências dos 300 anos de escravismo nas relações sociais brasileiras e as suas conseqüências para os considerados excluídos e marginalizados de nossa sociedade.

## SOBRE O AUTOR

Doutora em Letras pela UFF e Profa. da UNISUAM e da UNESA

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo (Org.). Machado de Assis. São Paulo, Ática, 1982. (Coleção Autores

Brasileiros).

BROCA, Brito. Machado de Assis e a política: mais outros. São Paulo/Brasília: Polis/INL/Fundação Pró-Memória, 1983.

GLEDSOON, John. Machado de Assis: ficção e história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GRINBERG, Keila. Código civil e cidadania. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MACHADO DE ASSIS. Pai contra mãe. In MORICONI, Ítalo. (org.) Os cem melhores contos brasileiros do século. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1990.